



---

ÁREA TEMÁTICA: Arte, Cultura e Comunicação

---

Os museus em Portugal: políticas públicas e dinâmicas do sector em Portugal nos anos mais recentes<sup>1</sup>

---

NEVES, José Soares

Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Observatório das Actividades Culturais

jose.neves@oac.pt

---

SANTOS, Jorge Alves dos

Licenciado em Sociologia

Observatório das Actividades Culturais

jorge.santos@oac.pt

---

NUNES, Joana Saldanha

Licenciada em Sociologia

Museu da Marioneta/EGEAC, E.M.

joanasaldanhanunes@gmail.com

---

### Resumo

Desde 1999 que, no Observatório das Actividades Culturais (OAC), se vem acompanhando com continuidade a evolução do sector dos museus em Portugal através do recenseamento e caracterização das entidades museológicas existentes. Nesta comunicação aborda-se o contexto de evolução deste sector à luz das políticas públicas e analisam-se os resultados mais recentes do recenseamento.

Palavras-chave: Museus; Políticas culturais; Estatísticas.





## 1. Introdução

Desde 1999 que no OAC se vem acompanhando a evolução do panorama museológico nacional. Na presente comunicação retomam-se e actualizam-se aspectos das políticas públicas para o sector – cuja evolução orgânica mais recente foi a criação do Instituto dos Museus e da Conservação, I. P. e a concomitante integração nesse Instituto da Rede Portuguesa de Museus (RPM) –, situam-se as duas fontes estatísticas utilizadas (o Inquérito aos Museus do INE e a Bdmuseus, base de dados gerida pelo OAC). Dá-se conta de alguns dos problemas, alguns de carácter conceptual, que a gestão da base de dados enfrenta tendo em conta a evolução do panorama museológico em Portugal. E, finalmente, actualizam-se alguns dos principais indicadores criados para acompanhar a referida evolução.

Importa ter presente que a abordagem (extensiva, quantitativa) realizada pelo OAC é complementar da realizada no âmbito da RPM (mais vocacionada, pela sua missão e objectivos, para abordagens intensivas, qualitativas) e do Instituto Nacional de Estatística, aliás parceiros, por via de um Protocolo assinado em 2000, num sistema de produção de informação estatística (frequentemente utilizado como uma referência pela sua longevidade e cumprimento de objectivos) que cumpre diversos objectivos: apoia a gestão pública do sector; promove a actualização dos instrumentos de recolha de informação e do universo inquirido pelo INE; e mantêm, difundindo-o, um conhecimento tão actualizado quanto possível da realidade museológica nacional.

## 2. Problemáticas à volta do sector dos museus

### 2.1. Conceito de museu: problemas da sua operacionalização

O sector museológico português, ao longo dos últimos anos, tem vindo a afirmar-se como um sector dinâmico, mas igualmente heterogéneo, em muitos casos revelando grandes fragilidades.

Tomando como ponto de partida o próprio conceito de museu, relativamente ao qual pode ser admitida alguma estabilidade, constatam-se, apesar disso e desde logo, grandes dificuldades na sua operacionalização.

A definição do ICOM/UNESCO é a referência e a base da pluralidade das abordagens ao sector. Trata-se de uma definição que tem evoluído, desde 1946, no sentido de uma maior precisão e abrangência. A versão mais recente data de 2001 (20ª Assembleia Geral) e é a seguinte: “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição”. Esta definição, acrescenta o ICOM, deverá ser aplicada sem quaisquer limitações resultantes da natureza da entidade responsável, do estatuto territorial, do sistema de funcionamento ou da orientação das colecções da instituição em causa. Este organismo prevê ainda que para além das instituições designadas ‘museus’, sejam abrangidas diversas outras instituições (Cnp/Icom, 2003: 16).

Na evolução da noção verificada entre 1946 e 2001 destaca-se, desde 1974, a estabilização da definição de museu, incluindo as funções museológicas que deve cumprir, e a precisão e alargamento das categorias das instituições incluídas, passando de 4 em 1961 para 9 em 2001<sup>2</sup>.

Mas esta opção não é partilhada pelo Eurostat que, pelo contrário, agrupa os 9 tipos do ICOM em 3 grandes tipos: a) Museus de Arte, de Arqueologia e de História; b) Museus de Ciências e Técnicas e Museus de Etnologia; e c) Outros Museus, não tomando em consideração os Monumentos e sítios e os Jardins zoológicos e botânicos, aquários e reservas naturais (Aavv, 2000).

Já no que diz respeito à aplicação do conceito à realidade portuguesa, verificaram-se alguns problemas de operacionalização. Deste modo, no *Inquérito aos Museus em Portugal*, que tinha como objectivo o



recenseamento da realidade museológica, a definição adoptada foi a mais alargada. A unidade de registo da base de dados do recenseamento era, assim, toda a entidade auto-intitulada museu, núcleo, sala, secção e casa-museu, segundo a sua localização, independentemente da situação (extinto, fechado, em funcionamento ou em projecto). Não se tendo incluído, todavia, no recenseamento e no Inquérito, os Parques ou Reservas Naturais sem unidade museológica (Santos et al., 2000: 31).

Porém, ao longo do processo de recenseamento e de todo o estudo foram-se impondo várias tomadas de decisão, relativas a realidades tão díspares como os núcleos dos museus polinucleados; os museus ainda sob a forma de projecto e os museus 'fechados' ao público em geral e a sua inclusão, ou não, na análise.

As necessárias tomadas de decisão espelhavam assim a constatação da heterogeneidade das unidades em análise mas também a necessidade de aferir a realidade portuguesa segundo parâmetros internacionais inerentes à noção de museu, impondo-se assim a construção de dois modelos de análise que funcionassem como indicadores da realidade museológica nacional – um a que se chamou Minimal (justificando-se o seu nome dado o cumprimento cumulativo de apenas 7 critérios) e um outro que se designou Desenvolvimento (cumprimento cumulativo de 14 critérios) (Santos et al., 2000: 158-159).

Terminado o *Inquérito aos Museus em Portugal*, e perante a necessidade de dar continuidade ao recenseamento, reconhecida a forte tendência para a criação de novos projectos e da abertura de novos museus, e portanto constatada a rápida desactualização do levantamento realizado, havia a necessidade de criar um sistema de informação capaz de acompanhar a evolução dos museus em Portugal. É neste sentido que dá início ao Projecto *Base de Dados Museus* (Bdmuseus), decorrente do Protocolo estabelecido em 2000 entre o Instituto Português de Museus (IPM), o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o OAC tendo como unidade de registo todas as entidades auto-denominadas museu.

Um dos objectivos dessa Bdmuseus, em permanente actualização e gerida, desde então, pelo OAC, é fornecer anualmente ao INE uma base de dados de expedição para a aplicação do seu próprio inquérito, possibilitando também a actualização do ficheiro das unidades a inquirir por este Instituto. Também neste caso foi definido um conjunto de critérios que as unidades a inquirir devem cumprir. Ou seja, resumidamente, todas as entidades auto-denominadas museu, em funcionamento permanente ou sazonal, com pelo menos uma sala ou espaço de exposição e com pelo menos uma pessoa ao serviço. Excluindo-se os monumentos sem intervenção ou espaço museológico; os sítios arqueológicos; os núcleos dos museus polinucleados e os planetários.

Estes critérios servem para delimitar as unidades inquiridas na fase da recolha de informação, mas na fase de difusão dos dados do seu inquérito adopta uma outra noção, estabelecendo 5 critérios de selecção: tem pelo menos uma sala de exposição; está aberto ao público permanente ou sazonalmente; tem pelo menos um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente); tem orçamento segundo uma óptica mínima de conhecimento do orçamento; tem pelo menos inventário sumário (Ine, 2007: 27). Parte dos dados são publicados nas *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio* e disponibilizados na página do INE na Internet.

A dificuldade da aplicação integral a nível nacional da noção do ICOM, perante tamanha diversidade do panorama museológico nacional, levou também a que, na actualização do instrumento legal regulador do sector – a Lei Quadro dos Museus Portugueses<sup>3</sup> – tenha sido estabelecida uma distinção entre museu e colecção visitável.

Assim, a definição de museu é a seguinte (art.º 3):

1 — Museu é uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.



2 — Consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na presente lei para o museu, ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico.

A definição de colecção visitável é a seguinte (art.º 4):

1 — Considera-se colecção visitável o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o pleno desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu.

2 — A colecção visitável é objecto de benefícios e de programas de apoio e de qualificação adequados à sua natureza e dimensão através do Estado, das Regiões Autónomas e dos municípios, desde que disponha de bens culturais inventariados nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

3 — Os programas referidos no número anterior são preferencialmente estabelecidos quando seja assegurada a possibilidade de investigação, acesso e visita pública regular.

## **2.2. Modos de organização e novas entidades museológicas**

Se se constatarem desde início dificuldades do ponto de vista da operacionalização do conceito de museu, importa reflectir ainda sobre outras que se encontram ligadas à questão do seu modelo de gestão, originando importantes alterações no universo museológico, em termos da sua análise.

A estrutura polinucleada pode ser entendida como uma forma encontrada pelas tutelas, nomeadamente da Administração Local, para solucionar questões ligadas, por exemplo, à necessidade de preservação dos patrimónios *in situ*, a aspectos temáticos, funcionais ou à gestão dos espaços museológicos.

Em termos de análise quantitativa, o modelo de gestão polinucleado tem enorme implicação porque pode determinar uma diminuição do número total de unidades, uma vez que apenas se considera a sede. Ou seja, tem implicações na determinação do número de museus existentes no país, afectando significativamente diversos indicadores que têm por base esse número (Santos et al., 2000: 61-64).

Esta alteração, relativamente recente no universo museológico português, é justamente muito expressiva tendo-se identificado, de 2000 para 2003, um aumento anual quer dos museus polinucleados quer do número dos seus próprios núcleos, já em funcionamento ou ainda em fase de projecto. Trata-se ainda de um fenómeno presente em boa parte das regiões (Santos et al., 2005).

Ainda a este propósito, se se debruçar sobre esta situação em anos mais recentes, nota-se um crescimento de 4% de 2006 para 2007 dos museus polinucleados, encontrando-se a grande maioria A funcionar (Quadro 1). Também um crescimento de 2006 para 2007 se faz sentir quanto aos Núcleos (5%), salientando-se, o aumento do número de casos A funcionar (8%) e a ligeira diminuição dos em Projecto (2%).



Situação	Ano		Taxa variação 2006/2007
	2006	2007	
Museus polinucleados	157	163	3,8
<i>A funcionar</i>	129	133	3,1
<i>Projecto</i>	28	30	7,1
Núcleos	412	432	4,9
<i>A funcionar</i>	281	303	7,8
<i>Projecto</i>	131	129	-1,5

Fonte: OAC/Bdmuseus.

Base: registos a 31 de Dezembro.

**Quadro 1-** Museus polinucleados e Núcleos por Situação e por Ano (*números absolutos e taxa de variação*)

Outra das alterações no universo museológico nacional está ligada a uma dinâmica que consiste na criação de redes sectoriais, de tutelas e locais (por exemplo municipais). Saliente-se, porém, que no modelo de gestão em rede (ao contrário do que sucede no modelo polinucleado), cada museu é contabilizado como uma unidade. Estas redes são muitas vezes criadas de modo a compatibilizar áreas museológicas, ou seja, traduzem-se na associação entre várias unidades museológicas dada a coincidência do campo temático, ou de modo a compatibilizar unidades coincidentes em termos de tutela, ou seja, em termos de perfil institucional ou de gestão. Procedem-se à partilha de saberes e experiências, no caso das redes sectoriais, e à optimização do funcionamento e gestão das entidades museológicas, caso das redes de tutela. Podem ser tomados como exemplos desta dinâmica os casos da Rede de Investigadores em História e Museologia da Infância e da Educação, da Rede Regional de Museus dos Açores, da Associação Portuguesa de Museus da Igreja Católica, da Rede de Museus do Algarve, da Rede Local de Museus das Caldas da Rainha, da Rede de Museus do Concelho de Estremoz, para além das várias redes que têm vindo a ser constituídas a nível municipal (Santa Maria da Feira, Loures, Óbidos, Mogadouro, etc.)

Tal como foi feito no *Panorama Museológico em Portugal* (Santos et al., 2005) importa, igualmente, ainda no âmbito das alterações no universo museológico, referir algumas das consequências do alargamento da noção de património cultural a novos domínios, que se faz sentir nomeadamente no que respeita à arrumação dos museus por tipo. O alargamento da noção de património conduz ao aparecimento de novas problemáticas ligadas às especificidades das colecções e a novos problemas de salvaguarda, surgindo assim novas soluções como as musealizações *in situ* (Cordeiro, 2002).

Refira-se ainda uma outra tendência a este propósito, que diz respeito à solução encontrada para a valorização dos Sítios arqueológicos através da construção de centros de acolhimento e/ou de centros interpretativos, com cariz museológico ou não, mas que têm sempre associada uma componente científica e pedagógica. No caso de possuírem cariz museológico (e como tal serem incluídos no tipo Sítios arqueológicos) estes sítios destacam-se pela possibilidade do contacto com a realidade envolvente e de apreensão "directa"; pela possibilidade de recriação de ambientes à escala natural; e pelo desenvolvimento local e regional proporcionado pelos fluxos turísticos (Raposo, 2008).

Por último, mencione-se a tendência também relativamente recente da criação de Centros ciência viva, iniciativa do então Ministério da Ciência e da Tecnologia, que integram o tipo Museus de Ciência e de Técnica. Trata-se de espaços interactivos concebidos como meios de divulgação científica e tecnológica para a população, distribuídos por todo o território nacional e que pretendem funcionar como plataformas de desenvolvimento regional, a nível científico, cultural e económico, dinamizando os actores mais activos de cada região nestas áreas<sup>4</sup>.



### 2.3. Fontes e metodologia quantitativa

Quanto a fontes de análise quantitativas existentes, e já aqui referidas a propósito da operacionalização do conceito de museu, a nível nacional podem destacar-se essencialmente o Inquérito aos Museus do INE, cuja produção de informação se insere no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, ou seja, na produção de estatísticas oficiais nacionais e a Bdmuseus, existente desde o ano de 2000 e cuja primeira leitura de resultados foi publicada, em 2001, no número 1 do Boletim trimestral da RPM (Neves et al., 2001).

O questionário do INE é mais extenso que o da Bdmuseus tendo, portanto, a vantagem de fornecer uma informação mais desenvolvida<sup>5</sup>. Em contrapartida a sua aplicação tem uma base temporal anual, ao passo que, a Bdmuseus possibilita a construção de indicadores infra-anuais. As duas fontes funcionam articuladamente.

### 3. Políticas Públicas – instrumentos orgânicos e legislativos

No que diz respeito às políticas públicas para o sector museológico português, pode afirmar-se que estas tomaram maior vigor a partir dos resultados do *Inquérito aos Museus em Portugal*, onde se conclui, *grosso modo*, pela existência de elevado número de unidades auto-designadas museus; de uma imensa diversidade das colecções e dos acervos; e um sem número de debilidades do tecido museológico nacional quando aferido de acordo com os parâmetros internacionalmente tidos como inerentes à condição de museu, tal como tem vindo a ser afirmado ao longo de todo este texto.

É, então, neste contexto geral de grande dinâmica, mas também de alguma fragilidade, que é criada a Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus (RPM), na dependência do [Instituto Português de Museus](#), pelo prazo de três anos, pelo [Despacho Conjunto n.º 616/2000](#), de 17 de Maio, definida como "um sistema de mediação e de articulação entre entidades de índole museal, tendo por objectivo a promoção da comunicação e da cooperação com vista à qualificação da realidade museológica portuguesa".

Contudo, perante a necessidade de assegurar a continuidade da sua actividade, esta Estrutura de Projecto foi sucessivamente prorrogada, até 2007, ano da sua integração no actual Instituto dos Museus e da Conservação (IMC, I.P.).

As suas competências diziam respeito ao estudo e proposta de um modelo para a RPM (na sua fase inicial); à elaboração dos programas de apoio a museus; ao acompanhamento e prestação de apoio técnico a projectos; ao estabelecimento das formas de cooperação; à emissão de pareceres sobre a integração de museus na RPM; à organização de acções de formação.

Desde modo, como seus princípios fundamentais salientam-se a articulação, a comunicação, a cooperação, a partilha, a flexibilidade, a transversalidade, a potenciação, a inclusão e a participação dos museus. E como objectivos a atingir a valorização e a qualificação da realidade museológica nacional; a cooperação institucional e a articulação entre museus; a descentralização de recursos; o planeamento e a racionalização dos investimentos públicos em museus; a difusão da informação relativa aos museus; a promoção do rigor e do profissionalismo das práticas museológicas e das técnicas museográficas; e o fomento da articulação entre museus.

Assim, segundo as suas *Linhas Programáticas* (Camacho et al., 2001), a RPM articula as vertentes de "rede de informação" e de "rede física", pretendendo desempenhar um papel difusor de informação e de estímulo à comunicação, assim como incentivar a programação, a articulação e a qualificação de equipamentos. A estruturação das linhas de acção da RPM incluíam, assim, três eixos correspondentes a diferentes programas: Eixo 1 – Informação; Eixo 2 – Formação; Eixo 3 – Qualificação. Deste último eixo fazem parte o fornecimento de apoios técnicos e financeiros a museus não dependentes da Administração Central



integrados ou em processo de adesão à RPM, através do Programa de Apoio à Qualificação de Museus (PAQM) e do Programa de Apoio Técnico aos Museus (PATM). Refira-se que em 2005 foram acrescentados o Eixo da Credenciação e o Eixo da Articulação e Cooperação.

Acrescente-se ainda que as adesões, sempre voluntárias, por parte dos museus à RPM foram suspensas em Maio de 2003, num momento em que se aguardava a aprovação da Lei Quadro dos Museus, tendo sido retomadas em 2007, já de acordo com os novos parâmetros decorrentes da institucionalização da RPM e da criação do sistema de creditação a que se fará referência mais adiante.

De acordo com o seu preâmbulo, a preparação da Lei Quadro dos Museus Portugueses baseou-se no conhecimento da realidade portuguesa, na experiência recente desenvolvida pelo IPM de criação da RPM e na atenção às orientações internacionais. Destaca-se ainda a forma participada como decorreu a preparação da lei, uma vez que envolveu representantes de várias organizações e agentes ligadas à museologia em Portugal (APOM, ICOM, ANMP, directores de museus e docentes universitários). Muito sucintamente e no essencial, desta Lei constam os princípios, os conceitos e o âmbito que ajudaram a clarificar o panorama museológico, designadamente a definição do conceito de museu e a introdução do conceito de colecção visitável; o regime geral dos museus, as funções museológicas, recursos humanos e financeiros, instalações, estrutura orgânica e acesso público, ou seja, os requisitos inerentes ao museu; bem como se refere às características que a partir de então devem preceder à criação de museus, isto é, a necessidade de existência de um documento fundador e de um programa museológico; nesta lei há ainda lugar, e como já referido, às matérias relacionadas com o novo sistema organizacional da realidade museológica – a RPM – e aos procedimentos de credenciação, os quais institucionalizam a RPM e enformam a preparação de candidaturas à credenciação.

Decorrente da Lei Quadro dos Museus Portugueses e com o objectivo de constituir um colégio de consulta para a execução da política museológica instituída, nomeadamente no que se refere à credenciação de museus, em 28 de Dezembro, o Decreto-Lei n.º 228/2005, cria o Conselho de Museus, regula a sua composição, competência e regime de funcionamento.

Em 25 de Janeiro de 2006 foi publicado o [Despacho Normativo n.º 3/2006](#) que estabelece a credenciação de museus e aprova o seu formulário de candidatura, sempre na sequência da publicação da Lei Quadro. A credenciação é um importante instrumento para a qualificação das entidades museológicas nacionais, uma vez que ela só é possível, bem como a integração na RPM, quando um museu cumpre todas as funções museológicas enumeradas na Lei Quadro. A credenciação e a consequente integração na RPM, é um processo voluntário, que decorre da verificação do cumprimento de todas as funções museológicas enunciadas naquela Lei Quadro.

Mais recentemente, e no quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e do objectivo de reorganizar e concentrar serviços, ou seja, no sentido de uma racionalização estrutural, consagrada no Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Cultura, foi criado o Instituto dos Museus e da Conservação, I.P., (IMC, I.P.) em resultado da fusão do Instituto Português de Museus com o Instituto Português de Conservação e Restauro, bem como se procedeu à transferência da tutela dos Palácios Nacionais, até aqui integrados organicamente no IPPAR como serviços dependentes, concentrando assim numa única instituição a grande maioria das unidades museológicas afectas ao Ministério da Cultura.

Com efeito, a criação da RPM, em 2000, e a aprovação da Lei Quadro, em 2004, deram corpo à necessidade sentida pelo Estado de corresponder ao crescente número de museus existentes, assegurando instrumentos e legislação de apoio e enquadramento a uma realidade em constante crescimento, cuja importância cultural, social, educativa e económica é cada vez mais sentida, conforme o n.º 3, do Artigo 3º, as alíneas a) e g) e o n.º 4 alínea f) da referida lei.

Por fim, resta ainda acrescentar que na Portaria n.º 377/2007, de 30 de Março, respeitante aos Estatutos do IMC, I.P., fica definido no artigo 2º, que são suas funções: coordenar e executar os procedimentos





necessários à credenciação de museus e à sua integração na RPM, nos termos da lei; assegurar a supervisão dos museus da RPM; promover e coordenar programas de apoio técnico e de apoio financeiro a museus, designadamente os que integrem a RPM, acompanhar os projectos apoiados e assegurar o controlo da sua execução técnica; e colaborar na gestão das estatísticas de visitantes dos museus da RPM e das bases de dados relativas à realidade museológica portuguesa.

Em síntese, o universo museológico português é muito dinâmico e encontra-se em permanente transformação e crescimento, pelo que as mudanças que vão ocorrendo, bem como o seu ritmo, resultam na caducidade permanente das noções e estruturas criadas e utilizadas na recolha da informação estatística. Contudo, também algumas delas contribuíram e continuam a contribuir para facilitar a recolha e controlo da informação promovendo quer a legitimidade quer a fiabilidade dos dados, permitindo inclusivamente definir e enformar as políticas públicas deste sector, em geral, claramente carente de recursos (nomeadamente económico-financeiros) e de instrumentos jurídicos específicos.

Na verdade, até à publicação da Lei Quadro, o contexto legal caracterizava-se por ser disperso e desarticulado o que resultava num profundo desajustamento face às novas realidades enunciadas, nomeadamente no trabalho do OAC, e as soluções legislativas encontradas até então por serem fruto de opções circunstâncias ou pontuais, pois todas as matérias museológicas estavam inseridas no sistema aplicável à administração pública em geral, não se adaptando à especificidade da realidade museológica.

Destaque-se, assim, portanto o interesse revelado por parte de organismos públicos, nos últimos anos, pelo sector museológico, relembrando-se a criação da RPM, em 2000, e as suas sucessivas prorrogações; a aprovação da já referida Lei Quadro, em 2005; a criação de um Conselho de museus, também no mesmo ano; a formalização da existência de um sistema de credenciação de museus, através da publicação de um despacho normativo específico para o efeito, em 2006; e a criação do IMC, I.P., reunindo numa única estrutura a maioria das unidades museológicas afectas ao Ministério da Cultura, também no ano de 2006.

Assim, pese embora os constrangimentos orçamentais, no que toca ao processo de credenciação, a conjuntura global pode ser olhada com algum optimismo, pois desde o anúncio da reabertura das candidaturas à RPM (18 de Maio de 2007), um total de 21 entidades, em Agosto do mesmo ano, já tinham dado início a esse processo.

#### **4. Balanço das entidades auto-designadas museus**

Feito este balanço dos problemas conceptuais e da evolução das políticas públicas do sector, passa-se a uma análise de alguns dos indicadores resultantes da Bdmuseus. Uma análise para o período 2000 a 2005 foi já anteriormente realizada (Neves et al., 2006) e retoma-se aqui para os anos de 2006 e 2007.

Em termos de recenseamento, através da leitura do quadro 2, é possível constatar o crescimento de 2006 para 2007 nos valores dos principais indicadores da Bdmuseus, o que evidencia uma evolução positiva no número de unidades museológicas.



Situação	Ano		Taxa variação 2006/2007
	2006	2007	
A funcionar	1.024	1.081	5,6
<i>Aberto ao público</i>	926	987	6,6
Permanente ou sazonal	615	659	7,2
Esporádica	311	328	5,5
<i>Encerrado ao público</i>	98	94	-4,1
Temporariamente encerrado (até 6 meses)	20	16	-20,0
Projecto	304	323	6,3
Intenção	93	91	-2,2
Fechado	40	48	20,0

Fonte: OAC/Bdmuseus.

Base: registos a 31 de Dezembro. Exclui núcleos.

**Quadro 2** - Situação dos registos da Bdmuseus por Ano (*números absolutos e taxa de variação*)

Tendo em conta as unidades A funcionar, verifica-se que o número de registos apresenta uma subida de 6% (57 casos), atingindo, no ano de 2007, 1.081 casos. Dos registos A funcionar a grande maioria encontra-se em situação de Aberto ao público, com particular destaque para os com abertura Permanente ou sazonal, que passam de 615 em 2006 para 659 em 2007, o que representa uma taxa de variação de 7%. Por sua vez, regista-se a pequena variação (4%) no número de registos que estão na situação de Encerrado ao público, sendo mais acentuada nos casos cujo encerramento é de curta duração (20%).

Num outro plano, destaque também a tendência de crescimento dos registos em situação de Projecto que, de 304 em 2006 passam para 323 em 2007 (subida de 6%), invertendo-se a tendência para a Intenção de criação de museus, que diminui de 93 para 91 de 2006 para 2007, respectivamente.

Quanto aos registos na situação de Fechado, sublinha-se um aumento de 20% (8 casos) verificado no número de registos sem existência legal ou física, registando em 2007 48 casos.

## 5. Caracterização dos museus segundo as variáveis independentes

Como já foi referido anteriormente, é ao INE que cabe a produção de estatísticas oficiais, sendo o Inquérito aos Museus o instrumento utilizado para a recolha da informação específica sobre a realidade museológica. Neste sentido, e como também já foi salientado em ponto anterior, encontram-se diferentes fases, com diferentes bases, desde o recenseamento por parte do OAC até à difusão pelo INE. Recorde-se que estas bases quantitativas correspondem a diferentes critérios de classificação dos registos. Deste modo, o quadro 3, mostra os números correspondentes a cada uma das fases, apresentando-se para tal os dados referentes ao ano de início da Bdmuseus e os dois últimos anos disponíveis.



Fase	Ano		
	2000	2005	2006
Recenseamento (OAC)	728	1.018	1.024
Recolha de informação (INE)	533	618	614
<i>Percentagem da fase de Recolha de informação</i>	<i>73,2</i>	<i>60,7</i>	<i>60,0</i>
Difusão de dados (INE)	209	285	291
<i>Percentagem da fase de Difusão</i>	<i>39,2</i>	<i>46,1</i>	<i>47,4</i>

Fonte: OAC/Bdmuseus e INE/ECDR.

**Quadro 3** – Bases numéricas por Fase e por Ano (*números absolutos e percentagem*)

Numa breve análise, retira-se do quadro que, qualquer que seja a base considerada, tem vindo a crescer, de uma forma mais acentuada no período 2000-2005, como era de esperar, e ligeiramente de 2005 para 2006. Em termos percentuais, constatam-se dois sentidos opostos: um primeiro, com a quebra que se vem verificando em relação aos registos da fase de recolha de informação face aos do recenseamento, o que significa que ao aumento do número de entidades registadas não corresponde o nível mínimo de critérios que são aplicados para aquela segunda fase; um segundo, com o crescimento verificado para os registos da fase de difusão, o que significa que têm vindo a ser cada vez mais os que cumprem os critérios aplicados nesta fase pelo INE.

Apresenta-se de seguida uma breve leitura dos dados da fase de recolha de informação segundo as variáveis independentes - Tutela, Tipo, Região e Abertura -, para os anos de 2005 e 2006 com base nos dados recolhidos pelo INE.

### 5.1. Tutela

De uma forma geral, constata-se o que são os museus com Tutela localizada no sector Público os que predominam, somando percentagens superiores a 60% nos dois anos considerados, atingindo o máximo em 2006 com 63%) (quadro 4). Neste sector, refira-se a importância dos museus da Administração Local que representam 41% em qualquer dos anos. Quanto aos do sector Privado, estes apresentam uma percentagem acima dos 38%, com particular destaque para os tutelados por entidades não lucrativas (associações, igreja católica e fundações).

Tutela	Ano		Taxa variação 2005/2006
	2005	2006	
Administração Central	16,7	17,3	2,8
Administração Regional	3,9	3,9	0,0
Administração Local	40,9	41,4	0,4
Privados	38,5	37,5	-3,5
<i>Número de casos</i>	<i>618</i>	<i>614</i>	<i>-0,7</i>

Fonte: OAC/Bdmuseus.

**Quadro 4** - Museus por Tutela e por Ano (*percentagem em coluna e taxa de variação*)



No que diz respeito às alterações verificadas no período 2005-2006, constata-se, através da taxa de variação, que o número de casos teve um ligeiro decréscimo (1%). Quanto à Tutela, 2 das 4 categorias apresentam subidas ligeiras, sendo a mais elevada a dos museus da Administração Central (3%), enquanto a Administração Regional mantém o mesmo valor. A exceção é os Privados que apresentam uma pequena quebra (4%).

## 5.2. Tipo

Quanto à análise dos museus segundo os principais Tipos, verifica-se que, para os anos em estudo, os museus de tipo de Arte, de Etnografia e Antropologia, os Especializados e os Mistos e Pluridisciplinares representam em conjunto, perto de dois terços do número de casos existentes em qualquer dos anos em análise. Os museus de Arte são os predominantes (21%) (quadro 5).

Tipo	Ano		Taxa variação 2005/2006
	2005	2006	
Arte	20,6	20,7	0,0
Etnografia e de Antropologia	19,3	17,9	-8,2
Especializados	14,9	15,5	3,2
Mistos e Pluridisciplinares	10,7	10,7	0,0
Outros tipos	34,6	35,2	0,9
<i>Número de casos</i>	<i>618</i>	<i>614</i>	<i>-0,7</i>

Fonte: OAC/Bdmuseus.

**Quadro 5** - Museus pelos principais Tipos e por Ano (*percentagem em coluna e taxa de variação*)

Em termos de evolução, constata-se o crescimento dos museus Especializados e de Outros tipos, a quebra dos de Etnografia e Antropologia e a manutenção dos valores percentuais dos restantes.

## 5.3. Região

Observando agora os museus segundo a Região, verifica-se que é Lisboa e Vale do Tejo a que apresenta as percentagens mais elevadas, com 30% em ambos os anos. Por outro lado, é a região dos Açores aquela que regista o menor peso percentual de museus (4%) (quadro 6).



Região	Ano		Taxa variação 2005/2006
	2005	2006	
Norte	25,1	24,6	-2,6
Centro	18,4	18,7	0,9
Lisboa e Vale do Tejo	30,1	30,1	-0,5
Alentejo	10,5	10,9	3,0
Algarve	7,3	7,2	-2,3
Açores	3,9	3,9	0,0
Madeira	4,7	4,6	-3,6
<i>Número de casos</i>	<i>618</i>	<i>614</i>	<i>-0,7</i>

Fonte: OAC/BDmuseus.

**Quadro 6** - Museus por Região e por Ano (*percentagem em coluna e taxa de variação*)

Uma nota ainda para o facto de a posição relativa das regiões em Portugal se manter inalterável nos dois anos em análise. Em relação à evolução neste período, e recorrendo novamente à taxa de variação, constata-se um decréscimo em 4 das 7 regiões, o crescimento nas regiões do Alentejo e Centro e a manutenção do valor dos Açores.

#### 5.4. Abertura

Em relação à data de Abertura, é possível confirmar a relativa juvenilidade dos museus portugueses, uma vez que, a sua grande maioria, entrou em funcionamento a partir da década de oitenta (mais de 73% em ambos os anos). Acrescente-se ainda que se se considerar a abertura ao público a partir da década de noventa, então, atinge-se metade dos casos (quadro 7).

Tendo como enfoque os escalões, o de 1990-1999 é o que apresenta as percentagens mais elevadas, representando em média 32% do número de casos.

Abertura	Ano		Taxa variação 2005/2006
	2005	2006	
Antes de 1979	25,7	25,2	-2,6
1980-1989	20,2	19,7	-3,3
1990-1999	32,8	31,9	-3,6
2000-2006	19,9	22,1	9,6
Não resposta	1,3	1,0	-33,3
<i>Número de casos</i>	<i>618</i>	<i>614</i>	<i>-0,7</i>

Fonte: OAC/BDmuseus.

**Quadro 7** - Museus por Abertura e por Ano (*percentagem em coluna e taxa de variação*)



Da análise da taxa de variação, é possível confirmar, como se esperava, a crescente importância do escalão dos museus mais recentes, escalão 2000-2006 (aumento de 10%), em termos de peso relativo em relação aos demais. Ao invés, todos os restantes escalões apresentam decréscimos no período em causa.



### 5.5. Breve análise da evolução do panorama museológico nacional segundo os dois modelos de aferição – minimal e desenvolvimento.

Como antes referido, com o objectivo de medir a desempenho das unidades que compunham o panorama museológico em Portugal, foram construídos dois modelos de aferição – minimal e desenvolvimento. Eram consideradas todas as entidades museológicas que cumprissem cumulativamente 7 ou 14 critérios, respectivamente, previamente estabelecidos. Estes foram testados inicialmente aquando da realização do *Inquérito aos Museus em Portugal* e, posteriormente, aplicados aos museus no estudo do *Panorama Museológico em Portugal*.

A partir dos resultados obtidos neste estudo, que comparava os dados de 1998 com os do período 2000-2002, para ambos os modelos, é possível confirmar que, de forma global, se verificaram alterações significativas no panorama museológico nacional, de sentido muito positivo, e pode afirmar-se, com alguma segurança, que se tem verificado uma progressiva qualificação do referido panorama museológico.

De facto, em termos quantitativos, quando aplicados os critérios do modelo minimal, passa-se de 152 entidades em 1998 para 330 em 2002, o que corresponde a uma taxa de variação de 117%. No que toca ao modelo desenvolvimento, com critérios mais exigentes, passa-se de 50 entidades em 1998 para 131 em 2002, o que se traduz numa taxa de variação de 162%. Acrescente-se ainda que, apesar de apresentar valores absolutos mais baixos, este modelo mostra uma taxa de variação mais significativa, o que permitirá afirmar que não só há mais entidades e mais qualificadas, mas, acima de tudo, mais entidades com maiores requisitos de exigência no desempenho das funções museológicas, mais próximas dos níveis que o ICOM recomenda.

### 6. Notas conclusivas

De acordo com os dados disponíveis mais recentes, que aqui se analisaram, o sector dos museus em Portugal mantém a dinâmica de crescimento em número e em qualificação do seu funcionamento. As políticas públicas para o sector, cuja principal alteração no período em análise consistiu na criação do Instituto dos Museus e Conservação, I. P. e na institucionalização da RPM, iniciam agora um novo ciclo em que a credenciação, ou seja, o processo de adequação à recente Lei Quadro Museus dos Museus, adquire um importante papel na regulação e qualificação do sector.

### Bibliografia citada

AAVV (2000), "Cultural Statistics in the UE. Final Report of the LEG", Luxemburgo, Comissão Europeia, 192 pp. (Population and social conditions 3/ 2000/E/Nº 1).

CAMACHO, Clara Frayão, MONTEIRO, Joana Sousa e FREIRE-PIGNATELLI, Cláudia (2001), *Rede Portuguesa de Museus: Linhas Programáticas*, Lisboa, MC/IPM.

CNP/ICOM (2003), *Código Deontológico para os Museus*, Lisboa, Comissão Nacional Portuguesa do ICOM.

CORDEIRO, José Manuel Lopes (2002), "A propósito de colecções industriais", em *Boletim RPM*, nº 3, pp. 10-13.

INE (2007), *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 2006*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

NEVES, José Soares e SANTOS, Jorge Alves dos (2001), "Museus portugueses: evolução recente do seu levantamento (1991-2001)", em *Boletim RPM*, nº 1, pp. 10-12.



NEVES, José Soares e SANTOS, Jorge Alves dos (2006), "Os Museus em Portugal no Período 2000-2005: Dinâmicas e Tendências", 24 pp., <[http://www.oac.pt/pdfs/OAC\\_Museus%20em%20Portugal\\_2000-2005.pdf](http://www.oac.pt/pdfs/OAC_Museus%20em%20Portugal_2000-2005.pdf)> [Data de acesso: Setembro de 2006].

RAPOSO, Luís (2008), "Museus de arqueologia e sítios arqueológicos musealizados – identidades e diferenças", <<http://www.rpmuseus-pt.org/Pt/cont/LuisRaposo.html>> [Data de acesso: 12 de Maio de 2008].

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) e NEVES, José Soares (2000), *Inquérito aos Museus em Portugal*, Lisboa, MC/IPM.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), NEVES, José Soares, SANTOS, Jorge Alves dos e NUNES, Joana Saldanha (2005), *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, Lisboa, IPM/RPM e OAC.



<sup>1</sup> O projecto *Base de dados museus* decorre no OAC desde 2000, é uma encomenda do actual IMC, I.P./MC. A equipa do projecto é coordenada por José Soares Neves e integra Jorge Alves dos Santos. Tece a colaboração de Joana Saldanha Nunes entre 2001 e 2005.

<sup>2</sup> As instituições designadas 'museus' abrangidas por esta definição culminam assim na seguinte tipologia: a) Museus de arte; b) Museus de arqueologia e de história; c) Museus de ciência e de história natural; d) Museus das ciências e das técnicas; e) Museus de etnografia e de antropologia; f) Museus especializados; g) Museus regionais; h) Museus gerais; i) Outros museus; j) Monumentos e sítios; k) Jardins zoológicos e botânicos, aquários e reservas naturais

<sup>3</sup> Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto, artigo 3º. As 7 funções museológicas a que a Lei alude (no seu artigo 7º) são: Estudo e investigação; Incorporação; Inventário e documentação; Conservação; Segurança; Interpretação e exposição e Educação.

<sup>4</sup> Ver [www.cienciaviva.pt](http://www.cienciaviva.pt) [Data de acesso: 12 de Maio de 2008]. A Rede Nacional de Centros Ciência Viva é composta por 17 unidades abertas ao público.

<sup>5</sup> No ano de 2008, o questionário do Inquérito aos Museus do INE foi reformulado, no âmbito do GTEC/CSE, no sentido de um maior aprofundamento de algumas questões, parte delas inquiridas trienalmente, nomeadamente no que toca ao cumprimento das funções museológicas.